

# Informe Macroeconômico

09 a 13/10/2023 - Ano 3 | Nº 114



## Destaques

- Balança comercial do agronegócio nordestino apresenta superavit de US\$ 7,0 bilhões até agosto de 2023:** As exportações do agronegócio nordestino somaram US\$ 8,4 bilhões, queda de 0,7%, e as importações US\$ 1,4 bilhão, queda bem mais significativa de 21,5%, no período comparativo em análise. A balança comercial do agronegócio ficou, portanto, superavitária em US\$ 7,0 bilhões, enquanto o déficit dos demais setores atingiu US\$ 9,4 bilhões.
- Transferências Constitucionais (FPE + FPM) para o Nordeste Somam R\$ 79,9 Bilhões até agosto:** As Transferências Constitucionais (FPE + FPM) para os Estados do Nordeste, até agosto de 2023 somaram R\$ 79,9 bilhões, o que representa uma perda real de -0,2% (FPE, -0,2% e FPM, -0,1%), comparado com o mesmo período de 2022. Até julho, as Transferências para a Região Nordeste estavam com ganhos reais, apesar de já sinalizarem um enfraquecimento na arrecadação do IR e IPI, que é a base dos respectivos fundos.
- Saldo de crédito no Brasil atinge R\$ 5,52 trilhões no final de agosto:** O saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no final do agosto de 2023, alcançou a marca de R\$ 5,52 trilhões de reais, o que representou crescimento de 8,9%, na métrica do acumulado dos últimos doze meses. Apesar da elevação do montante de crédito, observa-se desaceleração, haja vista que o crescimento do saldo de crédito foi de 16,4% e 14,0% nos anos de 2021 e 2022, respectivamente.
- Desempenho Fiscal do Governo Federal no Período de Janeiro a Agosto de 2023:** Economia Brasileira Apresenta Crescimento de 0,9% no 2º Trimestre de 2023: As contas públicas registraram déficit primário de R\$ 104,6 bilhões, de janeiro até agosto de 2023, provocado, por conta de uma combinação de queda real da arrecadação, devida à dinâmica de receitas não administradas pela Receita Federal, como concessões e permissões, dividendos e participações e exploração de recursos naturais, juntamente com o crescimento das despesas públicas.

## Projeções Macroeconômicas - Boletim Focus - Séries de Expectativas de 29/09/2023

Mediana - Agregado – Período	2023	2024	2025	2026
IPCA (%)	4,86	3,87	3,50	3,50
PIB (% de crescimento)	2,92	1,50	1,90	2,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	4,95	5,02	5,10	5,20
Meta Taxa Selic - fim de período (% a,a)	11,75	9,00	8,50	8,50
IGP-M (%)	-3,69	3,96	3,87	4,00
Preços Administrados (%)	10,23	4,31	3,94	3,50
Conta Corrente (US\$ Bilhões)	-43,30	-51,35	-50,20	-53,00
Saldo da Balança Comercial (US\$ Bilhões)	72,10	60,95	60,00	60,00
Investimento Direto no País (US\$ Bilhões)	80,00	80,00	83,40	80,00
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	60,50	63,90	65,50	66,90
Resultado Primário (% do PIB)	-1,10	-0,75	-0,60	-0,40
Resultado Nominal (% do PIB)	-7,40	-6,57	-6,10	-5,65

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Allisson David de Oliveira Martins. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Helen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso e Wellington Santos Damasseno. Célula de Gestão de Informações Econômicas. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Projeto Gráfico/Diagramação: Gustavo Bezerra Carvalho, Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: Jose Wilker de Sousa Martins. Jovem Aprendiz: Alexandre de Oliveira do Nascimento e Isabelle Iorranna Braga da Silva.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

## Balança comercial do agronegócio nordestino apresenta superavit de US\$ 7,0 bilhões até agosto de 2023

As exportações brasileiras do agronegócio, até ago/23, somaram US\$ 112,68 bilhões, crescimento de 4,2%, frente a mesmo período de 2022. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), esse crescimento se deu somente em função da expansão no índice de quantum (+9,9%), uma vez que o índice de preços caiu 5,2%. Já as importações alcançaram US\$ 11,74 bilhões, registrando queda de 1,0%. O saldo da balança comercial foi positivo em US\$ 101,51 bilhões enquanto nos demais setores, o resultado foi negativo (-US\$ 39,10 bilhões). O agronegócio representou 50,2% das exportações e 6,9% das importações totais brasileiras, no período.

Os principais setores do agronegócio exportados pelo País, representando 69,1% do setor, entre janeiro e agosto/23, foram: Complexo soja (US\$ 52,32 bilhões – 46,4% da pauta), Carnes (US\$ 15,67 bilhões – 13,9%) e Produtos florestais (US\$ 9,89 bilhões – 8,8%). Relativamente a janeiro e agosto/22, as vendas dos produtos do Complexo soja cresceram 7,2%, enquanto as de Carnes e de Produtos florestais decresceram 8,6% e 10,7, respectivamente.

Em relação às importações, destacaram-se: Cereais, farinhas e preparações (US\$ 2,45 bilhões – 21,9% da pauta), Produtos florestais (US\$ 1,01 bilhão – 9,0%) e Pescados (US\$ 0,95 bilhão – 8,5%), perfazendo 39,5% das aquisições do agro brasileiro. No acumulado até agosto/23 frente ao mesmo período do ano passado, as compras de Cereais, farinhas e preparações e de Produtos florestais decresceram 17,2% e 6,4%, respectivamente, enquanto as de Pescados registraram crescimento de 4,7%.

As exportações do agronegócio nordestino somaram US\$ 8.402,4 milhões, queda de 0,7%, e as importações US\$ 1.399,8 milhões, queda bem mais significativa de 21,5%, no período comparativo em análise. A balança comercial do agronegócio ficou, portanto, superavitária em US\$ 7.005,7 milhões, enquanto o déficit dos demais setores atingiu US\$ 9.385,2 milhões.

O agronegócio da Região representou 53,2% das exportações e 7,7% das importações totais nordestinas nesse período. A Região Nordeste contribuiu com 7,5% do total das exportações e absorveu 12,5% do total das aquisições dos produtos comercializados pelo agronegócio brasileiro.

Os principais setores da pauta exportadora do agronegócio nordestino, concentraram 74,9% do total exportado pelo setor, no acumulado até agosto de 2023: Complexo soja (US\$ 4.515,4 milhões – 53,7% da pauta, soja representou 88,0% do complexo e farelo de soja, 12,0%), Produtos florestais (US\$ 1.209,8 milhões – 14,4%, notadamente celulose), Complexo sucroalcooleiro (US\$ 570,5 milhões – 6,8%, sendo as vendas de Açúcar de cana representando, 94,9% e Álcool, 4,3%).

Relativamente a mesmo intervalo de 2022, recuaram as vendas dos produtos do Complexo soja (- 7,1%) e de Produtos florestais (-0,7%) enquanto as do Complexo sucroalcooleiro registraram crescimento de 73,4%.

Pelo lado das importações, os destaques foram os setores de Cereais, farinhas e preparações (US\$ 666,3 milhões – 47,8% da pauta: Trigo, 65,2% e Preparações a base de cereais, 29,6%, foram os principais produtos adquiridos deste grupo); Produtos oleaginosos, exclui soja (US\$ 214,0 milhões – 15,3%: basicamente Óleos vegetais) e Cacau e seu produtos (US\$ 1408,3 milhões – 10,6%, sendo Cacau inteiro ou partido 74,1% e Produtos do cacau 25,9%), totalizando 73,4% do total adquirido. No período comparativo em foco, registraram crescimento as aquisições Cacau e seu produtos (+139,8%), enquanto as de Cereais, farinhas e preparações e de Produtos oleaginosos (exclui soja) decresceram 26,6% e 20,4%, respectivamente.

**Tabela 1 – Brasil e Nordeste: Exportação, importação e saldo total, do agronegócio e demais setores –Jan-ago/2023 – em US\$ milhões**

	Brasil			Nordeste		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Agronegócio	112.681,8	11.174,5	101.507,4	8.405,4	1.399,8	7.005,7
Demais setores	111.896,1	150.994,3	-39.098,1	7.393,7	16.778,9	-9.385,2
<b>Total</b>	<b>224.578,0</b>	<b>162.168,7</b>	<b>62.409,2</b>	<b>15.799,1</b>	<b>18.178,6</b>	<b>-2.379,5</b>

Fonte: Elaboração BNB/Etene, através do sistema AgroStat Brasil, a partir dos dados da Secex/MDIC. Dados coletados em 22/09/2023.

**Tabela 2 – Brasil, Nordeste e Estados: Exportação, importação e saldo do agronegócio –Jan-ago/2023 – em US\$ milhões**

UF/NE/BR	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. % no total das Exportações	Var. % Jan-ago 2023/ Jan-ago/2022	Valor	Part. % no total das Importações	Var. % Jan-ago 2023/ Jan-ago/2022	
Maranhão	2.554,4	67,9	5,4	60,3	1,9	-35,5	2.494,1
Piauí	1.095,8	99,2	1,9	23,5	8,8	-1,7	1.072,3
Ceará	338,4	24,5	-2,2	239,9	11,2	-45,3	98,5
Rio Grande do Norte	157,6	38,2	7,5	61,5	13,9	-19,3	96,1
Paraíba	49,1	43,7	63,8	124,4	18,1	-2,9	- 75,3
Pernambuco	290,8	20,4	51,7	379,3	7,8	-20,5	- 88,5
Alagoas	393,3	70,9	58,8	65,5	14,7	1,5	327,9
Sergipe	83,1	50,6	57,4	3,8	2,5	1,1	79,3
Bahia	3.442,8	50,0	-12,8	441,6	7,3	-7,4	3.001,2
<b>Nordeste</b>	<b>8.405,4</b>	<b>53,2</b>	<b>-0,7</b>	<b>1.399,8</b>	<b>7,7</b>	<b>-21,5</b>	<b>7.005,7</b>
<b>Brasil</b>	<b>112.681,8</b>	<b>50,2</b>	<b>4,2</b>	<b>11.174,4</b>	<b>6,9</b>	<b>-1,0</b>	<b>101.507,4</b>

Fonte: Elaboração BNB/Etene, através do sistema AgroStat Brasil a partir dos dados da Secex/MDIC. Dados coletados em 22/09/2023.

**Tabela 3 – Brasil, Nordeste e Estados: Principais setores exportadores e importadores do agronegócio – Em % - Jan-ago/2023**

UF/NE/BR	Principais Setores Exportadores	Principais Setores Importadores
Maranhão	Complexo soja (69,2%), Produtos Florestais (16,0%), Cereais, farinhas e preparações (9,9%)	Cereais, farinhas e preparações (73,5%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (10,3%), Lácteos (7,9%)
Piauí	Complexo soja (84,1%), Cereais, farinhas e preparações (11,3%), Produtos apícolas (2,3%)	Cereais, farinhas e preparações (85,0%), Couros, produtos de couro e peleteria (5,7%), Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (2,9%)
Ceará	Frutas (inclui nozes e castanhas) (26,9%), Couros, produtos de couro e peleteria (20,2%), Pescados (15,7%)	Cereais, farinhas e preparações (55,7%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (27,0%), Produtos florestais (3,4%)
Rio G. do Norte	Frutas (inclui nozes e castanhas) (52,5%), Fibras e produtos têxteis (15,7%), Pescados (14,4%)	Cereais, farinhas e preparações (66,5%), Lácteos (8,1%), Produtos florestais (4,5%)
Paraíba	Complexo sucroalcooleiro (61,7%), Sucos (14,1%), Frutas (inclui nozes e castanhas) (9,3%)	Cereais, farinhas e preparações (79,5%), Lácteos (8,0%), Carnes (2,8%)
Pernambuco	Complexo sucroalcooleiro (51,4%), Frutas (inclui nozes e castanhas) (36,9%), Sucos (3,8%)	Cereais, farinhas e preparações (49,6%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (13,1%), Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (7,6%)
Alagoas	Complexo sucroalcooleiro (97,3%), Fumo e seus produtos (1,8%), Sucos (0,3%)	Pescados (28,5%), Frutas (inclui nozes e castanhas) (13,2%), Produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (12,9%)
Sergipe	Sucos (71,0%), Cereais, farinhas e preparações (14,8%), Complexo sucroalcooleiro (4,9%)	Produtos oleaginosos (exclui soja) (23,3%), Produtos Florestais (18,8%), Demais produtos de origem vegetal (15,7%)

# Informe Macroeconômico

09 a 13/10/2023 - Ano 3 | Nº 114



UF/NE/BR	Principais Setores Exportadores	Principais Setores Importadores
Bahia	Complexo soja (53,1%), Produtos florestais (23,1%), Fibras e produtos têxteis (7,0%)	Cacau e seus produtos (33,0%), Cereais, farinhas e preparações (30,6%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (18,7%)
Nordeste	Complexo soja (53,7%), Produtos Florestais (14,4%), Complexo sucroalcooleiro (6,8%)	Cereais, farinhas e preparações (47,6%), Produtos oleaginosos (exclui soja) (15,3%), Cacau e seus produtos (10,6%)
Brasil	Complexo soja (46,4%), Carnes (13,9), Produtos florestais (8,8%)	Cereais, farinhas e preparações (21,9%), Produtos florestais (9,0%), Pescados (8,5%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, através do sistema AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX/MIDC. Dados coletados em 22/09/2023.

## Transferências Constitucionais (FPE + FPM) para o Nordeste Somam R\$ 79,9 Bilhões até agosto

As Transferências Constitucionais (Fundo de Participação dos Estados – FPE e Fundo de Participação dos Municípios – FPM) são muito importantes para os Estados mais pobres da Federação. Em 2022, estas transferências na Região Nordeste (R\$ 115,7 bilhões), superaram a arrecadação do ICMS (R\$ 115,5 bilhões). Até julho, as Transferências para a Região Nordeste estavam com ganhos reais, apesar de já sinalizarem um enfraquecimento na arrecadação do IR e IPI, que é a base dos respectivos fundos. O crescimento até julho foi de +1,3% (Nordeste), com ganhos monetários de R\$ 950 milhões (Nordeste).

As Transferências Constitucionais (FPE + FPM) para os Estados do Nordeste, até agosto de 2023, somaram R\$ 79,9 bilhões, o que representa uma perda real de -0,2% (FPE, -0,2% e FPM, -0,1%), comparado com o mesmo período de 2022. Situação que começa a parecer com as perdas na arrecadação do ICMS, de forma que até agosto, O ICMS já recuou -5,2% no Nordeste. Todas as Regiões registraram perdas reais no ICMS, ficando o Sudeste com as perdas mais significativas, -9,8%.

O valor do FPE para o Nordeste foi de R\$ 45,0 bilhões. Três Estados nordestinos registraram pequenos crescimentos reais, Bahia e Sergipe (+1,1%, cada) e Ceará (+0,1%). As maiores perdas se encontram no Rio Grande do Norte (-2,8%), Paraíba (-1,0%) e Piauí (-0,8%). O valor do FPM para a Região foi de R\$ 34,9 bilhões. Quatro Estados não registraram perdas: Alagoas (+0,02%), Paraíba (+0,3%), Pernambuco (+0,4%) e Sergipe (+0,03%). As maiores perdas foram no Piauí (-1,6%), Ceará e Maranhão (-0,1%).

As capitais da Região receberam R\$ 4,6 bilhões até agosto de 2023, o que representa 46,1% do total transferido para as capitais do País. O FPM distribuído para as capitais nordestinas, que também impactam no FPM da Região, cresceu +0,2%, em razão do aumento dos coeficientes das principais capitais, Salvador, Fortaleza e Recife.

A Tabela 2 traz as previsões para o que vai ser transferido de FPE + FPM, para os meses de setembro e outubro (Secretaria do Tesouro Nacional), e em 2023 (decreto nº 11.621/2023), que utilizou os seguintes parâmetros macroeconômicos, comparados com o realizado em 2022: IPCA 2023: 4,8%; PIB (var. real): 2,5%; câmbio (médio, R\$/US\$): 5,01 e Selic (média – a.a.): 11,1%. As previsões de aumento são: FPE, 4,3% e FPM, 5,2%. A mediana do Relatório Focus (08/09/2023) está em +4,93%, acima da variação do FPE.

**Tabela 1 – FPE + FPM - Brasil, Nordeste e Estados Seleccionados – Até agosto - R\$ Milhões <sup>(1)</sup>**

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Alagoas	3.597	3.736	2.155	2.253	409	431
Bahia	7.679	8.034	8.710	9.093	737	776
Ceará	5.862	6.194	4.717	4.929	819	862
Maranhão	5.952	6.203	3.985	4.161	512	539
Paraíba	3.975	4.115	2.980	3.122	327	345
Pernambuco	5.738	5.990	4.584	4.809	458	499
Piauí	3.643	3.779	2.514	2.585	512	495
Rio Grande do Norte	3.375	3.431	2.351	2.456	295	310
Sergipe	3.350	3.541	1.419	1.484	295	310
<b>Nordeste</b>	<b>43.171</b>	<b>45.023</b>	<b>33.414</b>	<b>34.892</b>	<b>4.363</b>	<b>4.568</b>
Espírito Santo	1.419	1.519	1.693	1.767	164	172
Minas Gerais	3.883	3.993	12.450	12.996	491	517
<b>Brasil</b>	<b>84.167</b>	<b>87.459</b>	<b>94.828</b>	<b>99.000</b>	<b>9.483</b>	<b>9.900</b>

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a agosto de cada ano.

**Tabela 2 – Previsão das Transferências Constitucionais (FPE + FPM) – Brasil, Nordeste e Estados Selecionados – Setembro a novembro de 2023 e 2023 – R\$ milhões**

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	setembro a novembro	2023	setembro a novembro	2023	setembro a novembro	2023
Alagoas	1.232	5.603	711	3.505	136	672
Bahia	2.650	11.982	2.870	14.136	245	1.210
Ceará	2.043	9.224	1.556	7.666	272	1.345
Maranhão	2.046	9.256	1.313	6.468	170	840
Paraíba	1.357	6.141	986	4.870	109	538
Pernambuco	1.975	8.949	1.518	7.510	158	803
Piauí	1.246	5.651	816	4.046	156	796
Rio Grande do Norte	1.131	5.091	775	3.819	98	484
Sergipe	1.168	5.279	468	2.308	98	484
<b>Nordeste</b>	<b>14.848</b>	<b>67.176</b>	<b>11.014</b>	<b>54.327</b>	<b>1.442</b>	<b>7.173</b>
Espírito Santo	501	2.307	558	2.747	54	269
Minas Gerais	1.317	5.987	4.102	20.203	163	807
<b>Brasil</b>	<b>28.843</b>	<b>130.776</b>	<b>31.251</b>	<b>153.939</b>	<b>3.125</b>	<b>15.394</b>

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores a serem transferidos de setembro a novembro de 2023 (Secretaria do Tesouro Nacional); 2023 – Decreto nº 11.621/2023.

## Saldo de crédito no Brasil atinge R\$ 5,52 trilhões no final de agosto

O saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), no final do agosto de 2023, alcançou a marca de R\$ 5,52 trilhões de reais, o que representou crescimento de 8,9%, na métrica do acumulado dos últimos doze meses. Apesar da elevação do montante de crédito, observa-se desaceleração, haja vista que o crescimento do saldo de crédito foi de 16,4% e 14,0% nos anos de 2021 e 2022, respectivamente.

A atual expansão do crédito no Brasil vem sendo influenciada, em grande parte, pela estratégia de concessão de recursos financeiros destinada a pessoa física, que avançou 11,5% nos últimos doze meses, terminados em agosto de 2023. No recorte empresarial, o grupo das “Micro, Pequenas e Médias” empresas no Brasil, que mais intensamente sentiu os efeitos econômicos da pandemia e da inflação elevada, apresentou aceleração no saldo de crédito em 8,2% nos últimos 12 meses. O saldo de crédito das pessoas jurídicas cresceu 5,1% no mesmo período.

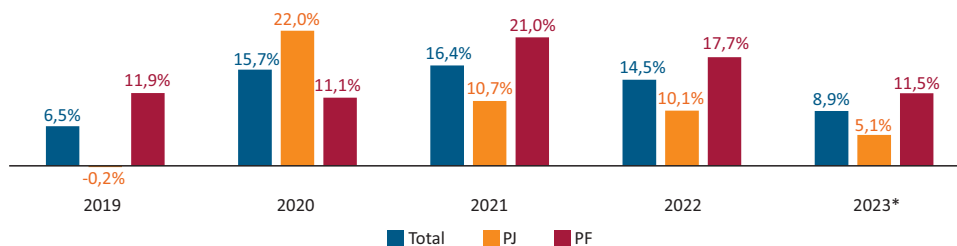
Entre as fontes de operações de empréstimos e financiamentos, os recursos livres apresentaram velocidade de crescimento inferior aos recursos direcionados. Os recursos livres, embora contemplem aquisição de bens, são voltados, principalmente, para a gestão do fluxo de caixa das empresas e famílias, como capital de giro e cartão de crédito, que apresentaram crescimento de 6,7% nos últimos 12 meses, com referência a agosto de 2023. A desaceleração do ritmo de crescimento do crédito segue liderada pelo crédito livre, mais sensível à política monetária e ao ciclo econômico.

Segundo o Banco Central, em agosto de 2023, o saldo das operações de crédito com recursos livres para as pessoas jurídicas somou R\$1,4 trilhão, o que representou crescimento mensal de 0,1% e expansão de 2,5% em doze meses. Ainda de acordo com o Banco Central, contribuíram para a expansão os incrementos nas modalidades de cartão de crédito total (+10,6%), capital de giro com prazo superior a 365 dias (+0,7%) e outros créditos livres (+1,4%). Em sentido oposto, as maiores baixas foram observadas em antecipação de faturas de cartão de crédito (-7,1%), financiamento à exportações (-2,4%) e adiantamentos de contratos de câmbio – ACC (-2,4%).

Para as famílias, ainda de acordo com o Bacen, o saldo de crédito com recursos livres às famílias somou R\$1,9 trilhão em agosto, que avançou 1,2% no mês, mas ainda apresentou de 10,2% em doze meses. A performance mensal desta carteira de crédito decorreu do desempenho das carteiras de crédito consignado para beneficiários do INSS (+2,3%), financiamento para aquisição de veículos (+1,4%), crédito consignado para trabalhadores do setor público (+0,9%) e crédito pessoal não consignado (+1,0%).

Os recursos direcionados, que registraram a marca de R\$ 2,26 trilhões, são geralmente regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN ou vinculados a recursos orçamentários. Destacam-se o crédito rural, imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito. No final de agosto de 2023, os recursos direcionados cresceram 12,2%, quando comparado ao mesmo período de 2022.

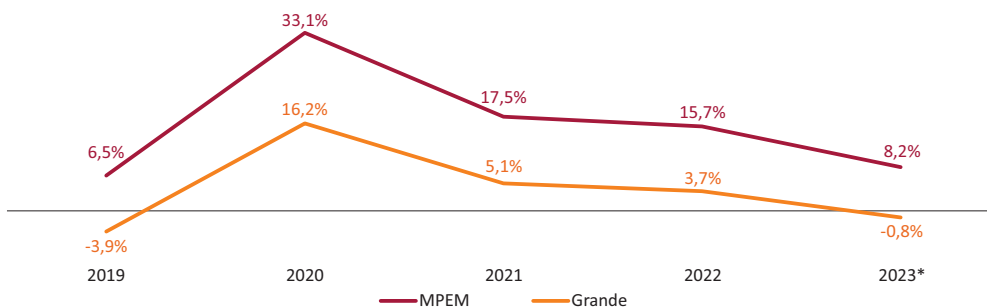
**Gráfico 01 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2019 a 2023\***



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2023).

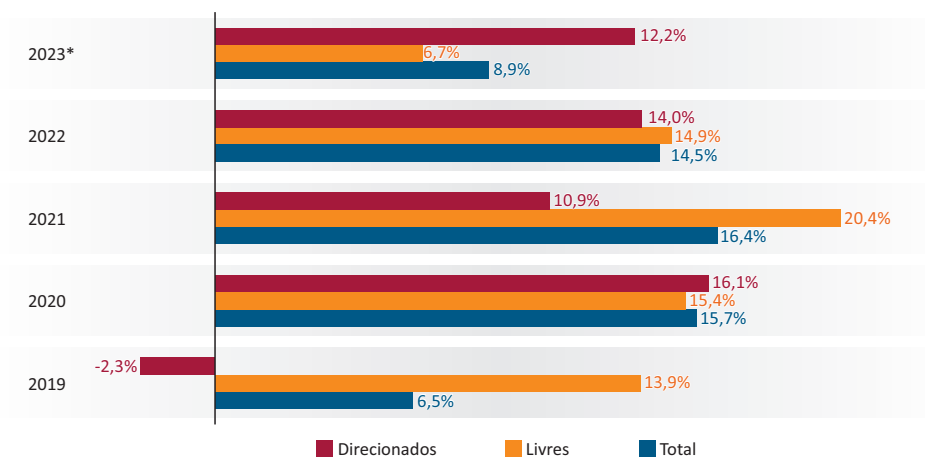
\*2023 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, terminados em agosto.

**Gráfico 02 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2019 a 2023**



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2023).  
 \*2023 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, terminados em agosto.

**Gráfico 03 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2019 a 2023**



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2023).  
 \*2023 refere-se ao acumulado dos últimos doze meses, terminados em agosto.



## Desempenho Fiscal do Governo Federal no Período de Janeiro a Agosto de 2023.

As contas públicas registraram déficit de R\$ 26,4 bilhões em agosto de 2023, provocado, principalmente, pelo decréscimo real verificado na receita líquida (-7,1%), relativamente ao mesmo mês do ano passado, de acordo com o relatório do Resultado do Tesouro Nacional (RTN) de agosto de 2023, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As despesas totais do setor público apresentaram queda real de 18,5% na comparação com agosto de 2022. No acumulado do ano, o déficit primário do Poder Central chegou a R\$ 104,6 bilhões, equivalentes a 1,5% do PIB.

O saldo negativo nas contas públicas de janeiro a agosto de 2023, tem ocorrido devido uma deterioração do resultado primário, por conta de uma combinação indesejável de queda real da arrecadação, devida à dinâmica de receitas não administradas pela Receita Federal, como concessões e permissões, dividendos e participações e exploração de recursos naturais, juntamente com o crescimento das despesas públicas, que registraram expansão real de 4,5% de janeiro a agosto deste ano.

Esse aumento das despesas decorre predominantemente do crescimento das dotações orçamentárias viabilizado pela Emenda Constitucional nº 126, que aumentou o teto de gastos da União em R\$ 145 bilhões em 2023 e definiu novas categorias de despesas não sujeitas ao teto. Essa medida permitiu o reajuste do Bolsa Família e Auxílio Gás, bem como propiciou a recomposição das despesas discricionárias com saúde, educação, transporte e assistência social. Para manter as contas públicas sob controle, o governo tem focado no aumento da arrecadação, adotando medidas como a elevação da tributação sobre combustíveis, aprovando novas regras sobre tributação do comércio exterior etc. Vale lembrar que na Proposta do novo arcabouço fiscal está previsto o déficit zero no orçamento de 2024, que ainda vai ser enviado ao Congresso Nacional. Para tanto, a equipe econômica deverá propor medidas que vão aumentar a arrecadação em R\$ 168 bilhões no próximo ano.

Tendo em vista que o comportamento das contas públicas constitui um relevante fator relevante para a definição da política monetária, a minuta da última reunião do Copom sinaliza uma preocupação quanto à superação do atual desequilíbrio fiscal, que pode ser um elemento condicionante para retardar o processo de desinflação do País, podendo afetar as expectativas de redução da taxa Selic prevista para as próximas reuniões. Outro fator de incerteza fiscal corresponde às medidas que serão adotadas pelo Governo Federal para alcançar as metas fiscais de 2024, uma vez que o mercado tem apresentado questionamentos para o Governo cumprir a meta de déficit fiscal zero, tendo em vista a atual trajetória das receitas e despesas do Poder Central.

Essa desaceleração dos resultados fiscais é compatível com as projeções formuladas pelo Executivo para este ano, que tem revisado a projeção para o déficit primário do Governo Central em 2023. Na terceira avaliação bimestral, publicada em julho, a projeção de déficit foi revisada de R\$ 136,2 bilhões para R\$ 145,4 bilhões. Pelo lado da despesa, houve uma revisão para cima em R\$ 7,2 bilhões em relação ao relatório do segundo bimestre, por conta dos seguintes fatores: (i) apoio financeiro a estados e municípios (+ R\$ 4,6 bilhões) pela compensação à redução de arrecadação do ICMS oriunda da Lei Complementar (LC) nº 194; (ii) revisão para cima nas despesas do RGPS em R\$ 2,4 bilhões; e (iii) alteração da projeção de despesas com subsídios, subvenções e Proagro em R\$ 1,2 bilhão. Pelo lado das receitas, as projeções indicam uma desaceleração da expansão das receitas primárias do Governo Central ao longo de 2023.

Neste contexto, a dívida do setor público consolidado registrou alta de 0,4 ponto percentual do PIB, passando de 74% do PIB no mês de julho deste ano para 74,4% do PIB em agosto/2023 - o equivalente a R\$ 7,77 trilhões. Com essa trajetória recente da dívida pública, o mercado financeiro está estimando um crescimento gradual da dívida pública brasileira, até alcançar o patamar de 89% em 2032. No entanto, as estimativas do Tesouro Nacional indicam que, com a aprovação do arcabouço fiscal pelo Congresso Nacional, a dívida se estabilizará abaixo de 80% do PIB até 2026 e continuará sua trajetória de queda nos anos seguintes.

Tabela 01 – Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Agosto/2022-2023 (Valores correntes)

Discriminação	Jan-Ago		Variação (2023/2022)		Agosto		Variação (2023/2022)	
	2022	2023	% (Nominal)	% Real (IPCA)	2022	2023	% (Nominal)	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	1.546.379	1.521.902	-1,60%	-5,80%	179.272	170.560	-4,90%	-9,10%
2. TRANSF POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	305.130	296.648	-2,80%	-6,90%	40.660	35.787	-12,00%	-15,90%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.241.249	1.225.253	-1,30%	-5,50%	138.612	134.773	-2,80%	-7,10%
4. DESPESA TOTAL	1.218.363	1.329.843	9,20%	4,50%	188.968	161.123	-14,70%	-18,50%
<b>5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)</b>	<b>22.886</b>	<b>-104.590</b>	-	-	<b>-50.356</b>	<b>-26.350</b>	<b>-47,70%</b>	<b>-50,00%</b>
Tesouro Nacional	237.869	123.468	-48,10%	-50,00%	-22.370	-6.519	-70,90%	-72,10%
Banco Central	-244	-274	12,10%	7,50%	-26	-113	335,90%	316,70%
Previdência Social (RGPS)	-214.738	-227.784	6,10%	1,80%	-27.960	-19.718	-29,50%	-32,60%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	0,40%	-1,50%	-	-	-5,90%	-2,90%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 – Necessidades de Financiamento do Setor Público - Fluxos acumulados no ano (R\$ milhões)

Discriminação	Janeiro-Agosto			
	2022		2023	
	Fluxos	% do PIB	Fluxos	% do PIB
<b>NOMINAL</b>	<b>244 148</b>	<b>3,76</b>	<b>546 167</b>	<b>7,77</b>
Governo Central	280 571	4,32	498 721	7,09
Governos estaduais	-8 446	-0,13	37 002	0,53
Governos municipais	-34 419	-0,53	2 972	0,04
Empresas estatais	6 442	0,10	7 472	0,11
<b>JUROS NOMINAIS</b>	<b>364 205</b>	<b>5,61</b>	<b>467 158</b>	<b>6,65</b>
Governo Central	311 269	4,79	397 730	5,66
Governos estaduais	44 524	0,69	61 010	0,87
Governos municipais	3 395	0,05	2 504	0,04
Empresas estatais	5 017	0,08	5 914	0,08
<b>PRIMÁRIO</b>	<b>-120 056</b>	<b>-1,85</b>	<b>79 009</b>	<b>1,12</b>
Governo Central	-30 698	-0,47	100 991	1,44
Governos estaduais	-52 969	-0,82	-24 008	-0,34
Governos municipais	-37 813	-0,58	468	0,01
Empresas estatais	1 425	0,02	1 558	0,02

Fonte: BACEN

## Agenda

### Próximas Divulgações

#### segunda-feira, 9 de outubro de 2023

Relatório Focus

IPC-S – 1ª quadrimestre - Outubro/2023

#### terça-feira, 10 de outubro de 2023

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional

IPC-S Capitais – 1ª quadrimestre - Outubro/2023

Barômetros Econômicos Globais - Outubro/2023

#### quarta-feira, 11 de outubro de 2023

Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil